

## A CAPOEIRA NO BRASIL: DA PROIBIÇÃO À SALVAGUARDA

**Recebido em:** 12/01/2018

**Aceito em:** 17/09/2018

*Wanessa Pires Lott<sup>1</sup>*

Universidade Federal do Pará  
Belém – PA – Brasil

**RESUMO:** O presente artigo apresenta a trajetória da capoeira no Brasil. Inicialmente o histórico desta manifestação cultural é descrito, por meio do estudo da bibliografia pertinente ao tema, bem como a análise de entrevistas com capoeiristas mineiro. O foco principal deste trabalho é pontuar o momento de criminalização da prática no país e a trajetória que levou à valorização da roda de capoeira e do ofício dos mestres de capoeira pelo IPHAN. Neste contexto, são debatido as políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Roda de Capoeira. Mestres de Capoeira. Patrimônio Cultural Imaterial.

### CAPOEIRA IN BRAZIL: FROM THE PROHIBITION TO SAFEGUARD

**ABSTRACT:** This article presents the trajectory of capoeira in Brazil. Initially the historical of this cultural manifestation is described, through the study of the bibliography pertinent to the theme, as well as the analysis of interviews with capoeiristas from Minas Gerais. The main focus of this work is to point out the moment of criminalization of the practice in the country and the trajectory that led to the valorization of the capoeira wheel and the capoeira masters craft by IPHAN. In this context, the policies for the preservation of intangible cultural heritage in Brazil are discussed.

**KEYWORDS:** Capoeira Wheel. Masters of Capoeira. Intangible Cultural Heritage.

### Introdução

A capoeira é uma manifestação cultural disseminada no Brasil e em mais de 150 países. Praticada por cerca de onze milhões de pessoas, ganhou características

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela UFMG. Professora Adjunta do curso de Museologia do Instituto de Ciências da Arte (ICA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

heterogêneas durante sua trajetória de cerca de 300 anos, provocando possibilidades múltiplas definição na atualidade (VASSALO, 2008). Em sua origem, a capoeira foi caracterizada concomitantemente como um jogo, uma luta e uma dança, entoada pelos cantos e pelo soar do berimbau, caxixi, pandeiro, atabaque e agogô. Hoje, além das designações originárias, a capoeira é também entendida como uma forma de lazer e como um esporte<sup>2</sup>.

Assim como há várias classificações da capoeira, tem-se pelo menos três possibilidades de origem de sua criação: de se tratar de uma manifestação advinda da África Central e afirmada no Brasil por meio dos negros escravizados; de ser uma criação dos negros quilombolas; de ter sido inventada pelos índios. Esta última hipótese trata-se da mais frágil, pois não há documentos que a comprove. No entanto, a vinculação com o universo indígena está na língua, em tupi, “capoeira” significa “mato ralo” (IPHAN, 2007).

Não obstante as possibilidades de ‘nascimento’ da capoeira, acredita-se que sua presença em solo brasileiro data-se desde os tempos coloniais e foi difundida principalmente entre os escravizados. Talvez, se não houvesse ocorrido a queima dos arquivos da escravidão pelo então ministro da Fazenda Ruy Barbosa em 14 de dezembro de 1890, as informações sobre a capoeira pudessem ser mais numerosas. No entanto, a oralidade, as notícias de jornais, as iconografias – como por exemplo tem-se obra de Augustus Earle<sup>3</sup> (Figura 1) – e os arquivos de polícia propiciaram as bases para o estudo do tema ao logo dos tempos.

---

<sup>2</sup> A capoeira é reconhecida como um esporte por meio da Deliberação CND 071/1953, pela Lei nº. 12.288 de 20 de julho de 2010 e pela Resolução nº 44 de 16 de fevereiro de 2016.

<sup>3</sup> Augustus Earle (1793-1838) nasceu em Londres e estudou pintura na *Royal Academy*. Viveu no Brasil entre janeiro de 1821 e fevereiro de 1824. Algumas de suas aquarelas apresentando o cotidiano brasileiro foram dadas à Graham, que fez uso delas em seu *Journal of a Voyage to Brazil*.

Figura 1: *Negroes fighting, Brazil c. 1824* de Augustus Earle.



Fonte: (CAPOEIRA, 2017)

Dentre os estudos, destacam-se as pesquisas que priorizam a percepção da capoeira nos centros urbanos, principalmente no século XIX nas áreas portuárias do Rio de Janeiro (SOARES, 2004) e de Salvador (ABREU, 2005), e na segunda metade do século XX em Recife (BELTRÃO, 2011), dando a esta manifestação a categorização de um fenômeno cultural urbano (CASTRO, 2016). Nestes períodos, apesar de acreditar-se que havia múltiplas formas de capoeira, até o início do século XX o termo era único. Posteriormente que há a criação do termo ‘Capoeira Angola’, designando à prática que busca a ancestralidade africana em oposição a performance aeróbica praticada pela ‘Capoeira Regional’ (ABIB, 2004).

O termo ‘Capoeira Angola’ nasceu para se contrapor ao surgimento da Capoeira Regional em 1928, e/ou para referenciar aos primeiros negros vindo para o Brasil da

---

região de Angola (CASTRO JUNIOR, 2008). Suas características principais, que diferenciam da Regional, são a malícia, a contemplação, o jogo baixo, a ausência da violência, os belo movimento acompanhados pela música lenta, a relevância do ritual e a teatralidade. A malícia trata-se de uma habilidade de surpreender o adversário por meio da distração, brincadeira e enganação e ‘ataca-lo’ quando está desprotegido. Em um jogo de contemplação dos adversário, sem que haja um choque direto, a Capoeira Angola prima por movimentos baixos, com ambas as mãos apoiadas no chão. As pernas são também em altura baixa e no posicionamento de guarda o capoeirista se faz com as pernas flexionadas e o tronco em baixo. Nesta performance, a violência é quase inexistente, "a Capoeira é brincadeira, a Capoeira é festa, é alegria mas, na hora exata, ela é defesa" (MESTRE JOÃO PEQUENO *apud* FRIGERIO, 1989: sem página).

Os movimentos estéticos e teatrais são a atração desta capoeira, no entanto sua beleza não sobrepõe a função de defesa e ataque do angoleiro. A cadencia lenta da música dita o ritmo do jogo, que apesar de não haver regras escritas, estão presentes durante todo o ritual e a infração das regras gera desaprovação dos companheiros (FRIGERIO, 1989).

Em contrapartida, a Capoeira Regional criada em 1928 pelo Mestre Bimba da Bahia<sup>4</sup>, apresenta características mais voltadas para a luta. Bimba, antigo praticante da Capoeira Angola, estava mais desejoso de melhorar os aspectos de combate do jogo e por isso inseriu golpes de lutas marciais. A classe média e alta da sociedade baiana se encantou pelo estilo de Mestre Bimba, aumentando assim a aceitação da capoeira no início do século XX (AREIAS, 1983).

---

<sup>4</sup> Manoel dos Reis Machado, o mestre Bimba, nasceu em 23 de novembro de 1899 na freguesia de Brotas, em Salvador/BA. Era filho de um ex escravidado com uma descendente indígena. Conheceu a capoeira com 12 anos de idade e tornou-se um dos mais respeitados mestres do Brasil (FONSECA, 2008)

Em entrevista com o Grão Mestre Chico<sup>5</sup>, tem-se uma elucidação sobre as duas capoeiras. “O certo é começar a roda tocando Angola. Então você toca pra Angola primeiro, que é sinal de respeito. A primeira capoeira é Angola” (GRÃO MESTRE CHICO, 2016). Sendo assim, a roda de capoeira para Grão Mestre Chico deve ser realizada da seguinte forma:

Começa com o fundamento para mostrar o respeito. Porque capoeira é uma energia, igual luz elétrica. Então você dá e ela te devolve aquilo de volta (...) Capoeira Regional é o filho rebelde da Angola! Porque Bimba, que já morreu, né? Bimba que passou a Angola para a Regional, né? E passou a Angola para a Regional. E tirou um movimento da Angola e colocou.... o que que ele fez? Ele não modificou nada. Ele só trocou um passe. Por que a Regional joga o um passe pra frente e a Angola um passe pra trás. Só isso que ele mudou. Aí tornou... aquilo que o povo fala... ‘Nó, Regional é um jogo violento!’ Não! É só mais rápido. Ele só mudou, adicionou um passo (GRÃO MESTRE CHICO, 2016).

### **A Proibição da Capoeira**

Apesar de certo crescimento na aceitação no Brasil a partir do século XX, nos séculos anteriores a capoeira não era vista com bons olhos. Se retomarmos a imagem de Augustus Earle de 1824 (Figura 1), vemos um guarda preste a reprimir os capoeiristas, e tal atitude não era incomum no período imperial. Registros de jornais da época<sup>6</sup> relatam a indignação das ‘boas famílias’ que se sentiam ameaçadas pelos capoeiras<sup>7</sup>, “indivíduos sem ocupação legítima – mesmo que paradoxalmente fossem escravos – e que eram acostumados com atos de vandalismos, de crime, como fosse um defeito

---

<sup>5</sup> As entrevistas com Grão Mestre Chico foram realizadas juntamente com a pesquisadora Juliana Correa com intuito de realizar um levantamento preliminar da capoeira em Santa Luzia/MG a ser entregue ao IPHAN/MG. Francisco Carlos Correa, o Grão Mestre Chico, nasceu em 1955 e é natural de Colatina no Espírito Santo, veio para Minas Gerais quando criança.

<sup>6</sup> Sobre a análise dos periódicos que referenciam aos capoeiras na época imperial, ver os estudos de Soares, 2004.

<sup>7</sup> Se faz relevante ressaltar que o termo capoeira neste contexto, designa-se não só à prática bem como ao indivíduo que joga/luta/brinca a capoeira, que por sua vez se relaciona estreitamente ao vadio e ao criminoso.

inerente a certa camada social” (SOARES, 2004, p.04). Em contrapartida, havia um movimento de ‘aceitação’ com a adesão da capoeira nos quartéis. Após a Guerra do Paraguai (1864 e 1870),

[...] impressionados pela agilidade dos capoeiras no combate, os antigos oficiais comissionados, agora membros da elite política da cidade do Rio de Janeiro, pleitearam nas sombras transformar os ex combatentes em aliados políticos, capangas à disposição das novas refregas do tempo de paz (SOARES, 2017, p. 4).

Assim sendo, há certa incorporação de capoeiristas nos quartais, como por exemplo tem-se a criação da Guarda Negra formada por libertos em 9 de julho de 1888 para a defesa da Princesa Isabel<sup>8</sup>. Além disso, há registros de militares e aristocratas que praticavam a capoeira juntamente com os negros em maltas, formando grupos de cerca de vinte a cem homens organizados territorialmente em pontos específicos das cidades. Não obstante certa aceitação da capoeira, esta ainda era fortemente discriminada, levando à criminalização no final do século XIX. No capítulo XIII, ‘dos vadios e capoeiras’, do Código Penal de 1890 institui-se:

Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão cellualar por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E' considerado circumstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro (BRASIL, 1890: art. 402).

---

<sup>8</sup> Com a abolição dos escravos em 13 de maio de 1888, um novo arranjo político se fez no país. Alguns republicanos como de José do Patrocínio passaram para o lado da Princesa Isabel e monarquistas voltaram-se para o Partido Republicano, devido às suas perdas de propriedades. O Partido Republicano, que tinha o maior apoio do exército, passou a reivindicar maior participação na política. Neste cenário de disputas entre monarquistas e republicanos que surgiu a Guarda Negra, uma organização legalmente formada por ex escravizados com intuito de proteger a Princesa Isabel.

A lei oficializou a relação entre capoeira com as desordens e vadiagens. Nas vésperas da República na então capital do país, “a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país, (...) eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época”. Após o início do governo provisório, muitos capoeiras “foram perseguidos pelo chefe de polícia, presos e deportados em grande número para Fernando de Noronha” (CARVALHO, 1996, p. 18 e 23).

### **Mestres de Capoeira**

Mesmo com a criminalização, os mestres de capoeira continuaram sua caminhada. O mestre paulista Sinhozinho (Agenor Moreira Sampaio) manteve a prática da capoeira retirando os instrumentos musicais e os cantos. O foco esteve nos aspectos físicos com a inserção de golpes de artes marciais (FONSECA, 2008), com intuito de esquivar da proibição policial.

Em Salvador, outro grande reduto da capoeira no Brasil, o preconceito e os constantes conflitos com a polícia foram marcados na época da Primeira República. Das vintês freguesias que havia em Salvador, destaca-se a do Pilar (cidade Baixa), a da Sé e a da Rua do Paço (Cidade Alta) como as grandes concentrações de capoeiragem, onde sugeriram os celebres capoeiristas Onça Preta, Noronha, Pastinha, Bimba, Cobrinha Verde, Maré e Lívino Diogo (IPHAN, 2007).

Por estes locais serem próximos ao porto, tradicionalmente locais ligados às casas de jogos, bares e zonas de prostituição, aproximou a capoeira ao estigma de ‘vadiagem’ e ‘bagunça’, contribuindo ainda mais para o preconceito com a capoeira no território soteropolitano. Esta época pode ser considerada como um dos maiores momentos de conflito entre a capoeira e a polícia. Ao tomarmos os escritos de Antônio

Vianna (1979) <sup>9</sup> identificamos não só os “valores, armas usadas, lugares por eles frequentados, hábitos alimentares, cismas, brigas entre capoeiras” como também “os conflitos entre estes e a polícia” em Salvador (IPHAN, 2007, p.20).

Em Recife, Nascimento Grande, Adama, Chico Cândido, Antônio Florentino foram grandes nomes da capoeira local que sofreram forte preconceito. No entanto tem-se hoje uma forte vinculação da capoeira com outros aspectos culturais de Recife, como na associação dos passos de frevo com a ginga da capoeira (OLIVEIRA,1985).

No que se refere ao carnaval, há ainda mais um paralelo com a história da capoeira no Rio de Janeiro: se a ginga dos capoeiristas influenciou o carnaval carioca, através da dança do mestre-sala e porta-bandeira, no carnaval de Pernambuco, sua presença é ainda mais ostensiva, já que os capoeiras foram os criadores do passo do frevo no carnaval (IPHAN, 2007, p.28).

No território mineiro, não há referências da relação do carnaval com a capoeira, mas nem por isso a prática não deixa de existir na capital no início do século XX. Dentre os mestres desta localidade destacaram-se Toninho Cavalieri, Paulão e Jacaré. Cavalieri, que aprendeu a capoeira no Rio de Janeiro, foi o primeiro a ministrar aulas em Belo Horizonte ainda na década de 1960. Já o mestre Jacaré, um dos primeiros alunos de Cavalieri, conheceu a capoeira por meio de suas viagens à Bahia na mesma década e ao retornar à Belo Horizonte, continuou seu aprendizado. Em sua casa, realizavam-se rodas de capoeira que uniam os mestres e aprendizes locais, bem como capoeiristas cariocas e baianos. Mestre Paulão foi um dos frequentadores do local, fator este que o impulsionou à fundar o primeiro grupo de capoeira de Belo Horizonte, o

---

<sup>9</sup> Juntamente com Manuel Querino, os estudos de Antonio Vianna são bibliografias essenciais para o estudo da capoeira na Bahia.

“Grupo Opanijé”, e promover a roda de capoeira na importante Praça da Liberdade, localizada na zona sul da cidade (MELO, 2013).

É importante destacar que, apesar das iniciativas de mestre Paulão de levar a capoeira à periferia, o registro da prática na capital mineira nos leva aos grupos de classe média e universitários. Tal conformação fez com que o preconceito fosse um pouco menor a se comparar ao Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. No entanto não se pode afirmar que o preconceito era inexistente. Em entrevista<sup>10</sup> com o Mestre Boi Carreiro<sup>11</sup> que atualmente mora em Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte, destaca a violência sofrida pelo mestre principalmente durante o regime civil militar. Segundo o capoeiristas, os praticantes apanhavam da polícia e com ele não foi diferente, pois ainda guarda as marcas de cassetete em suas costas

[..] quando a cavalaria em 78 invadiu a nossa roda na Praça Sete quebrou os instrumentos de Dunga, deixou Dunga de cabeça pra baixo e sentando a cabeça de Dunga no chão (...) era proibido a capoeira e eles sabiam quem era capoeira. (...) O lutador de Kung Fu anda assim [o mestre demonstra o andar], o capoeirista não, anda com o corpo solto, nos era identificado por isso geralmente joga uma perna, o capoeirista tem a perna que ele firma e joga a outra, sempre ele puxa de uma perna. Podia tá entrando até numa igreja, que o capoeirista assim fosse reconhecido (BOI CARREIRO, 2016).

O mestre Dunga o qual Mestre Boi Carreiro se refere, é um dos mais importantes nomes da capoeira mineira. Juntamente com Boca, Negão e Farofa, Dunga montou uma roda de capoeira paralelamente à roda de mestre Paulão na década de 1970. A

---

<sup>10</sup> As entrevistas com Mestre Boi Carreiro foram realizadas juntamente com a pesquisadora Juliana Correa com intuito de realizar um levantamento preliminar da capoeira em Santa Luzia/MG a ser entregue ao IPHAN/MG.

<sup>11</sup> Mestre Boi Carreiro é natural de Santa Maria do Suassuí/MG e nasceu em 1964. Em sua infância, durante o governo civil militar, seu pai participou do grupo do líder garimpeiro conhecido como Chicão e foi duramente perseguido pela ditadura. Desta forma, Boi Carreiro foi morar com sua avó em Jacobina, no sertão da Bahia onde iniciou na capoeira no ano de 1971.

importância de Dunga está não só na formação de uma roda, como também na formação de novos capoeiristas. Dentre os muitos, destaca-se o Grão Mestre Chico de Belo Vale.

Francisco Carlos Correa é o único Grão Mestre de Capoeira de Santa Luzia. Conhecido na capoeira como Mestre Chico, ele costuma se definir, assim como Jean Paul Sartre “Jean Paul Sartre se considerava um homem sem consciência de rebanho e eu sigo a mesma consciência dele. Sempre acreditei em mim”. Aprendeu a capoeira sozinho, no meio do mato e seu estilo é a Capoeira de rua. “Capoeira pra mim é minha vida, é saúde. Eu tô com 60 anos minha filha, eu sou capoeirista, sou fundista, sou corredor de maratona e sou ciclista” (GRÃO MESTRE CHICO, 2016). Começou com 13 anos de idade em Belo Horizonte, comprou dois livros, estudou sozinho, depois chegou à Praça Sete e relata que

[...] o Dunga estava lá, eu era menino, aí eu achei aquilo maravilhoso, mas só que eu sempre fui um cara muito medroso, fui na Praça Sete, tinha uma livraria, se não me engano era livraria Rex, comprei dois livros. Um sobre capoeira Regional e outro sobre capoeira Angola e ia pro meio do mato catando os movimentos, logo que passou uns seis meses que eu achei que eu estava mais ou menos eu arrumei seis colegas e comecei a treinar com eles no meio do mato (GRÃO MESTRE CHICO, 2016).

Quem concedeu a sua graduação foi o Grão Mestre Dunga de Belo Horizonte, que se deu da seguinte forma:

[...] aí eu pensei comigo: vou lá no Dunga, pra ele poder me avaliar. Aí falei com o Dunga e ele falou: que semana que vem vai ter um batizado, eu vou, você vem cá que eu vou colocar você pra jogar pra avaliar. Pra não render muito assunto, o primeiro cordel que eu peguei foi o de mestre. (...) aí eu fiquei lá mais dois anos. Formei mestre segundo grau, depois fiquei mais um ano, mestre terceiro grau, depois cordei a mestrado, depois cordei a mestrado avançado e depois graduação para Grão Mestre. É o último estágio (GRÃO MESTRE CHICO, 2016).

Não obstante as graduações concedidas pelo Grão Mestre Dunga, o entrevistado reafirma que aprendeu sozinho “eu sou um capoeira que não tenho Mestre” (GRÃO MESTRE CHICO, 2016), mas sua admiração e consideração por Dunga é ressaltada durante toda sua fala. Para o Grão Mestre a sua capoeira é como uma forma de vida que valoriza a sua individualidade. Por isso, Mestre Chico é reservado nos seus trabalhos com a capoeira. Atualmente não se envolve com nenhum grupo, mas se apresenta quando é convidado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e pelo IEPHA/MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), além de participar do Conselho de Mestres de Capoeira do Estado de Minas Gerais (COMCAP-MG).

### **A Salvaguarda**

A aproximação dos órgãos preservacionistas junto aos capoeiristas se faz na esteira da valorização do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial no Brasil. A partir da década de 1970, inúmeras discussões foram feitas em prol de mudança das ações preservacionistas, bem como na ampliação do conceito de patrimônio cultural. Na trajetória brasileira do patrimônio cultural, as políticas preservacionistas voltavam-se apenas para os bens tangíveis, deixando à margem os bens intangíveis que também se mostram como importantes elementos para a construção da identidade nacional.

A concretização da ampliação conceitual do patrimônio cultural teve uma grande vitória com a promulgação da Constituição de 1988. Passou-se a entender que o Patrimônio Cultural Brasileiro é formado pelos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação,

a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, art. 216).

Assim sendo, incluíram-se as manifestações como artesanato, culinária, danças, músicas, modos de vestir e falar, maneiras de cultivar, construir, ritos, festas religiosas e populares, dentre outros aspectos da cultura nacional. Neste sentido, estabeleceu a necessidade de se elaborar outras formas de preservação que incorporam o novo conceito promulgado na Constituição, um novo instrumento preservacionista capaz de registrar os testemunhos orais, conhecimentos, criações, celebrações de nossa cultura.

É importante ressaltar que, não obstante a relevância da nova Constituição no âmbito patrimonial, o debate sobre a incorporação de expressões e manifestações culturais intangíveis na construção da identidade brasileira se fez presente desde a década de 1930 nos discursos de Mário de Andrade. No entanto, somente a partir dos anos de 1970 verificou-se uma preocupação sistemática com a preservação e promoção dos valores fundados na pluralidade cultural. Com a ampliação do conceito de patrimônio, ganhou espaço nos livros de salvaguarda os grupos sociais que majoritariamente constroem sua identidade por meio de manifestações e celebrações, em detrimento das edificações. Assim sendo,

[...] o compromisso do Estado brasileiro para com sua preservação, reconhecimento e valorização decorre do Registro de um bem imaterial, previsto no Decreto nº 3.551/2000. São quatro os Livros de Registro, de acordo com a natureza do Bem Registrado: das Celebrações, dos Lugares, das Formas de Expressão e dos Saberes. A divulgação dos processos de Registro e dos resultados do trabalho institucional contribui para a extensão do reconhecimento desse patrimônio pela sociedade brasileira e favorece as condições de sua permanência (IPHAN, 2014, p.11).

Os dossiês são publicados pelo IPHAN e apresentam os elementos que definem a identidade dos Bens Culturais, bem como o seu universo, os grupos sociais que fazem parte deste e os saberes e práticas envolvidos.

O volume nº 12, intitulado “Registro do Modo da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira” é fruto do processo de inscrição da Roda de Capoeira no Livro de Registro das Formas de Expressão em 21 de outubro de 2008 e da inscrição do Ofício dos Mestres de Capoeira no Livro de Registro dos Saberes na mesma data. Ambas as inscrições entendem a capoeira como importante manifestação cultural brasileira que permanece viva devido, não só as documentações pertinentes ao tema, como também à transmissão dos mestres e grão mestres aos seus alunos.

O primeiro passo para o reconhecimento da capoeira pelo Estado se deu em 2003 na gestão de Gilberto Gil como Ministro da Cultura, no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva. Na época, o ministro levantou a importância da valorização da capoeira e propôs o projeto “Capoeira Paz no Mundo”<sup>12</sup> que serviria de base para o “Programa Brasileiro e Mundial da Capoeira”. Apesar de não ter sido efetivado, o debate em torno do tema se abriu, provocando aplausos e críticas entre os capoeiristas. Para uns havia um apropriação indevida da manifestação pelo Estado bem como uma valorização da capoeira da Bahia em detrimento às demais; para outros o Estado estava enfim lançando o olhar para capoeira, possibilitando uma valoração da cultura negra por meio do reconhecimento da capoeira. Apesar do conflito instaurado, em 17 de fevereiro

---

<sup>12</sup> “Realizado com o apoio do Ministério da Cultura, o documentário Capoeira Paz no Mundo presta uma homenagem ao diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, morto num atentado terrorista no dia 19 de agosto de 2003, em Bagdá, na sede local da Organização das Nações Unidas (ONU). O vídeo apresenta o ato em memória ao embaixador, promovido no Victoria Hall Theatre, em Genebra, um ano após a sua morte, e que destacou a importância da Capoeira ser apoiada por uma política pública específica. Por ocasião do evento, o ministro Gilberto Gil relacionou a ação diplomática e a manifestação cultural como capazes de construir espíritos de camaradagem, inclusão, diálogo e paz no mundo. Também são exibidos, ao longo do filme, depoimentos de alunos e mestres capoeiristas, que descrevem a importância da Capoeira como fator de integração”. (CULTURA, 2018).

de 2006, o então Presidente do IPHAN, o antropólogo Luis Fernando de Almeida, solicitou o registro da capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil<sup>13</sup>. Foi então instituído o ‘Programa Capoeira Viva’ em 2006 para a realização de oficinas, pesquisas, organização de documentação e para a formação de acervos culturais que por sua vez serviram como base para a realização do inventário de registro.

Idealizado pelo Ministério da Cultura e promovido pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), com patrocínio da Petrobras, o Projeto Capoeira Viva é uma ação de valorização e promoção da capoeira como bem constituinte do patrimônio cultural brasileiro. (...). Com abrangência nacional, garantiu aos interessados a ampla possibilidade de acesso aos recursos financeiros destinados a cada uma das modalidades de apoio, a saber: apoio a ações socioeducativas; apoio a projetos inéditos de pesquisas sobre o desenvolvimento da capoeira; apoio a centros de referência sobre capoeira e incentivo a ações relacionadas à capoeira por meio de mídias e suportes digitais, eletrônicos e audiovisuais. (...) O Capoeira Viva cumpriu seus objetivos premiando 122 iniciativas nas modalidades descritas acima, voltadas para valorização, promoção e fortalecimento da capoeira (VIVA, 2018).

Não obstante a importância do programa, os estudos para o inventário de registro pautaram apenas na Bahia – sede da Capoeira Viva – no Rio de Janeiro e em Pernambuco, agravando ainda mais a crise entre os capoeiristas de outros Estados. Em resposta aos questionamentos, o IPHAN relatou que a “perspectiva que parecia mais coerente remetia para o desenvolvimento da arte nas principais cidades portuárias brasileiras, tendo surgido como prática urbana de resistência de escravos ao ganho, na maioria das vezes reunidos nos agrupamentos conhecidos como *maltsas*” Assim sendo as “cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Recife receberam um grande contingente de africanos escravizados e se tornaram verdadeiros “santuários” da capoeira antiga” (IPHAN, 2007, p. 8 e 9).

---

<sup>13</sup> O processo de registro dos mestres de capoeira é identificado pelo nº 01450.02863/2006-80 e o da roda capoeira 01450.02863/2006-80 podem ser consultados em <http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/indexE.jsf>

O processo de reconhecimento possibilitou, em parte, o trânsito da capoeira do ‘Mundo do crime’ para o ‘Mundo da cultura’ (SOARES, 2004), no entanto a cerimônia de reconhecimento como patrimônio imaterial não traduziu o intuito de incorporar oficialmente a capoeira como uma manifestação cultural brasileira. Realizada em 15 de julho de 2008 na 57ª reunião do Conselho Consultivo do IPHAN – última instância para a concessão do título de patrimônio cultural – a cerimônia ocorreu às portas fechadas com apenas poucos mestres presente. Os demais, assistiram por um telão do lado de fora do Palácio Rio Branco em Salvador/BA. O descontentamento dos mestres foi percebido na fala de Mestre Kunta Kintê que esteve presente no evento.

Como capoeiristas eu fiquei decepcionado, fiquei decepcionado... porque você veja só o que acontece, todo aquele glamour que tinha lá naquele momento... Eu, a princípio, quando eu saí de São José dos Pinhais (PR) pra ver este tombamento e tal... eu imaginei aquele salão lá com 300, 400, 1000 capoeiristas! Pra dizer a verdade o que aconteceu dentro deste salão, só tinha cinco mestres! Só tinha cinco mestres de Capoeira! E os outros mestres ficaram numa sala de recepção porque esta porta, ela foi chaveada, trancada, com seguranças na porta. (...) Simplesmente estava com o horário marcado, (...) que iria iniciar esta festa, esta proclamação do tombamento da Capoeira. (...) quando chegou a massa mesmo dos capoeirista, poxa, poderia citar mil nomes, (...) todos eles ficaram pro lado de fora! A porta foi trancada! Tinha dois seguranças na porta! Estes mestres, eles assistiram o tombamento da Capoeira no telão! Eles assistiram no telão! Na sala mesmo, que estava acontecendo todo aquele glamour: não! Então eu fiquei decepcionado porque eu imaginei um ambiente de Capoeira, não de doutor engravatado dizendo a Capoeira: papá e poró.... (MESTRE KUNTA KINTÊ, 2015 *apud* BRAGA, 2017, p.27).

Se tomássemos apenas o dossiê de registro publicado pelo IPHAN, não teríamos a dimensão do descontentamento dos mestres de capoeira. No relato oficial tem-se a pretensão da valorização dos mestres ao citar “exemplos como o de Mestre João Grande, que recebeu diversas homenagens nos Estados Unidos” (IPHAN, 2007, p. 87) e que deveria ter o mesmo reconhecimento no Brasil. Mas, na grande oportunidade de

valorizar os mestres, o IPHAN fecha a porta à estes e ‘valoriza’ a capoeira por meio de uma cerimônia feita por ‘engravatados’, como colocado pelo Mestre Kunta Kintê.

Neste contexto, talvez fosse possível em uma primeira percepção tomar a questão da patrimonialização como um rito de passagem na concepção de Van Gennep<sup>14</sup> (2011). No entanto, no caso do registro da capoeira, não podemos entender o título de Patrimônio Cultural como um rito de passagem: uma passagem de um estado marginal para um efetivo status de Patrimônio Cultural do país. Tal afirmativa se faz com base na postura adotada pelo IPHAN na cerimônia de concessão do título. Os mestres de capoeira, grandes homenageados do dia, não puderam participar efetivamente da festa, não entraram efetivamente no ‘Mundo da cultura’ promulgado pelo Estado. Até mesmo durante o processo de elaboração do dossiê, a participação dos capoeiristas foi diminuta. A escolha da capoeira como patrimônio cultural partiu dos intelectuais do Estado e muitos capoeiristas só souberam do registro no dia da cerimônia, como o Mestre “Quando eu fiquei sabendo já estava rolando todo este processo. Eu não sabia do pedido e tal...” (MESTRE KUNTA KINTÊ, 2015 *apud* BRAGA, 2017, p.27).

Após o registro da capoeira, em 22 de julho de 2009, criou-se o Programa Pró-Capoeira, com o intuito de obter as bases para um Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira. Neste foram envolvidos alguns capoeiristas, membros da então Secretária Especial da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Fundação Palmares. Dentre as metas iniciais do Programa estavam “a implantação do Cadastro Nacional da Capoeira e a realização de três encontros de mestres e capoeiristas nas diferentes regiões do país”. Os objetivos dos encontros eram de “promover a

---

<sup>14</sup> Os ritos de passagem são aqui entendidos sob o olhar de Van Gennep, como fenômenos que passam pelas fases de separação e de incorporação à sociabilidade. No interregno das fases há um período liminar, marginal ou fronteiro que os sujeitos traçam para que se possam inserir no plano coletivo. O rito de passagem pode ser compreendido como um momento intermediário e temporário de crise, no qual o indivíduo reflete sobre seu papel na sociedade.

sistematização de demandas do campo e o planejamento estratégico das ações de salvaguarda e incentivo à prática da capoeira” (CULTURA, 2018 b).

Apesar da realização das reuniões em 2010 em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em Brasília, o programa deparou com dificuldades, devido à grande extensão do mesmo. Manifestações contrárias surgiram pelas mãos de capoeiristas baianos que não concordaram com a escolha dos consultores, com a forma na qual o Encontro Regional do Nordeste foi conduzido nos dias 8, 9 e 10 de setembro de 2010 e principalmente por colocar a capoeira como um processo exclusivamente desporto-competitivo-olímpico<sup>15</sup>. Em contra partida, o IPHAN obteve o direito de resposta ao manifesto e reafirmou a posição contrária aos possíveis projetos de unificação da capoeira com também da esportização da capoeira. Com os inúmeros problemas enfrentados, “o Pró-Capoeira passou a ser política da Fundação Palmares, separando-se das ações de salvaguarda com a descentralização das ações para as superintendências estaduais do IPHAN, em 2012” (BRAGA, 2017, p. 52).

Apesar das inúmeras questões levantadas e problemas enfrentados, a trajetória da valorização da capoeira chegou ao patamar de Patrimônio da Humanidade. A Roda de Capoeira foi inscrita na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em novembro de 2014 durante a 9.<sup>a</sup> Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizada em Paris/França. De acordo com a UNESCO, “o título assegura maior visibilidade à capoeira, aumenta o grau de conscientização sobre sua importância e propicia formas de diálogo que respeitem a diversidade cultural brasileira”. Por meio do título, a UNESCO espera que

---

<sup>15</sup> Sobre esta manifestação ver o Blog Militância Capoeira em <http://militanciaecapoeira.blogspot.com.br/>

haja não só uma “promoção da Capoeira, mas, sobretudo, estimule a adoção de políticas públicas de salvaguarda e sustentabilidade deste importante patrimônio cultural por parte dos governos e da sociedade civil organizada” (UNESCO, 2014).

### **Considerações Finais**

O presente artigo apresentou um breve trajetória da capoeira com um maior foco nos momentos de criminalização e patrimonialização. Percebe-se que, não obstante a relevância dos títulos de patrimônio adquiridos pela roda de capoeira e pelo ofício de mestre de capoeira, a manifestação cultural se mantém viva devido a prática cotidiana dos capoeiristas. Acredita-se que as tentativas de valorização por meio das ações de salvaguarda do Estado são válidas não só pelo seu objetivo final, mas por propiciar debates entre os órgãos preservacionistas e os detentores dos bens culturais a serem salvaguardados e, principalmente, entre os próprios sujeitos que são responsáveis pelas manifestações culturais. Na trajetória da capoeira, os títulos de patrimônio imaterial propiciaram debates profícuos não só para repensá-lo da manifestação como também apresentou subsídios para críticas sobre o processo de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil.

### **REFERÊNCIAS**

ABIB, P. R. J. Capoeira Angola: Cultura Popular e o Jogo dos Saberes na Roda. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, 2004, Coimbra. Disponível em <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/PedroAbib.pdf> Acesso em: 03 dez. 2017.

ABREU, F. J. **Capoeiras**: Bahia, século XIX. Salvador: Instituto Jair Moura, 2005.

AREIAS, Almir das. **O que é Capoeira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BELTRÃO, M. C. A. **A Capoeiragem no Recife Antigo: Os valentes de outrora**. 2. ed. Recife: Nossa Livraria, 2011.

BOI CARREIRO **Capoeira** Entrevista concedida à Juliana Correa e Wanessa Lott. Santa Luzia/MG, Ago. de 2016.

BRAGA, Geslline Giovana **A capoeira da roda, da ginga no registro e da mandinga na salvaguarda**, 2017. 240 f. Tese (Doutorado em Antropologia) Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-24102017-192923/pt-br.php> Acesso em: 07 jan. 2018.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. **Decreto nº 847** de 11 de outubro de 1890 - Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 06 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 20 de julho de 2010. Disponível em: <https://www.seppir.gov.br/portalantigo/Lei%2012.288%20%20Estatuto%20da%20Iguale%20Racial.pdf> Acesso em: 09 dez. 2017.

CAPOEIRA, Palmares. Augustus Earle. **Capoeira Palmares**, sem data. Disponível em: [https://www.capoeira-palmares.fr/histor/earle\\_en.htm](https://www.capoeira-palmares.fr/histor/earle_en.htm) Acesso em: 09 dez. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASTRO JÚNIOR, Luis Vitor. Capoeira Angola: olhares e toques cruzados entre historicidade e ancestralidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis/SC, v. 25, n. 2, Jul. 2008. Disponível em: <https://oldarchive.rbceonline.org.br/index.php/RBCE/article/view/232/234> Acesso em: 08 jan. 2018.

CASTRO, Maurício Barros de. Na roda de capoeira. **Angola n'golo**, 2016. [https://www.angolangolo.com/textos/na\\_roda\\_de\\_capoeira\\_mbc.pdf](https://www.angolangolo.com/textos/na_roda_de_capoeira_mbc.pdf) Acesso em: 03 jan. 2018.

CULTURA, Ministério. Capoeira Paz no Mundo, **Ministério da Cultura**, 2018 a. Disponível em: [https://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset\\_publisher/waaE236Oves2/content/capoeira-paz-no-mundo-](https://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/capoeira-paz-no-mundo-) Acesso em 08 jan. 2018.

CULTURA, Ministério. Programa Pró-Capoeira, **Ministério da Cultura**, 2018b. Disponível em [https://www.cultura.gov.br/programas6/-/asset\\_publisher/HTI3dB7MSIaL/content/programa-pro-capoeira-342422/10913](https://www.cultura.gov.br/programas6/-/asset_publisher/HTI3dB7MSIaL/content/programa-pro-capoeira-342422/10913) Acesso em: 08 jan. 2018.

FONSECA, Vivian Luiz. A capoeira contemporânea: antigas questões, novos desafios. **Record: Revista de História do Esporte**, v. 1, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/795/736> Acesso em: 08 Jun. 2016.

FRIGERIO, Alejandro. Capoeira: De Arte Negra a Esporte Branco. **Revista de Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. v.4 n.10 Rio de Janeiro. Jun. 1989 Disponível em [http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_05](http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_05) Acesso em: 08 Jun. 2016.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GRAHAM, Maria **Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823** London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, and J. Murray, 1824. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17461> Acesso em 03 dez. 2017.

GRÃO MESTRE CHICO **Capoeira** Entrevista concedida à Juliana Correa e Wanessa Lott. Santa Luzia/MG, Ago. de 2016.

IPHAN **Inventário para o registro e salvaguarda da capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.

\_\_\_\_\_. **Roda de Capoeira e ofício dos mestres de capoeira** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

MELO, Vinícius Thiago de. **História da capoeira de rua de Belo Horizonte (1970-1990): manifestação cultural, lazer e política na sociedade moderna** 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: [https://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9QUG42/disserta\\_\\_o\\_capoeira\\_de\\_rua\\_de\\_bh.pdf?sequence=1](https://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9QUG42/disserta__o_capoeira_de_rua_de_bh.pdf?sequence=1) Acesso em: 08 dez. 2017.

OLIVEIRA, Valdemar de **Frevo, capoeira e passo**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

SOARES Carlos Eugenio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. A Guarda Negra: a capoeira no palco da política. **História Social**, Campinas v. 14, p. 45-52, 2008 Disponível em: <https://www.scribd.com/document/28425787/A-Guarda-Negra-A-Capoeira-No-Palco> Acesso em: 07 dez. 2017.

UNESCO Capoeira torna-se Patrimônio Imaterial da Humanidade, **UNESCO**, 2014. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single->

[view/news/capoeira\\_becomes\\_intangible\\_cultural\\_heritage\\_of\\_humanity/](#) Acesso em: 07 jan. 2018.

VASSALLO, Simone P. O registro da capoeira como patrimônio imaterial: novos desafios simbólicos e políticos. **Educação Física em Revista**, Brasília, v. 2, p. 1-16, 2008. Disponível em <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/viewFile/977/841> Acesso em: 07 jan. 2018.

VIANNA, Antônio. **Quintal de Nagô e outras crônicas**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1979.

VIVA, Capoeira Apresentação. **Capoeira Viva**, sem data. Disponível em <http://capoeiraviva.salvador.ba.gov.br/index.php/apresentacao> Acesso em 08 jan. 2018.

### **Endereço da Autora:**

Wanessa Pires Lott  
Instituto de Ciências da Arte  
Universidade Federal do Pará  
Av. Presidente Vargas, S/N – Praça da República  
Belém – PA – 66.017-060  
Endereço Eletrônico: [wanessalott@hotmail.com](mailto:wanessalott@hotmail.com)